



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

746
no

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 283.498-0

Agravante: Intercement Brasil S/A

Agravada: Cimento Rio Branco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: processual civil. Recurso de agravo no agravo de instrumento. Honorários periciais provisórios. Valor supostamente excessivo. Realização de inúmeras diligências infrutíferas na busca por um *expert*. Matéria complexa. Litigantes de grande poderio econômico. Adequado. Recurso não provido por unanimidade.

I - No caso, desde 2006 o processo estava em condições de julgamento se não fosse a necessidade de produção de prova pericial. Portanto, a busca por um perito capaz de atuar no presente feito já vem se estendendo por mais de seis anos.

II - Ao longo do trâmite processual, foram realizadas inúmeras diligências, ofícios, pesquisas, bem como advertências para que as partes impulsionassem o feito. No entanto, Todas as buscas restaram infrutíferas, seja pela indisponibilidade de profissionais nas instituições oficiadas, seja pela inércia das partes em indicar, de comum acordo, um perito para atuar no feito, ou pela ausência de localização dos nomes indicados.

III - Restou demonstrado o enorme esforço despendido pelo juízo para identificar um *expert* capaz de auxiliá-lo no presente caso. Restou também demonstrada a estranha ausência de colaboração das partes litigantes para com o juízo *a quo* na busca pelo profissional adequado.

IV - A perícia a ser realizada no caso em tela abarca matéria complexa a ensejar a análise da dimensão da expressão química "Resistência à reação álcali-agregado", os trâmites do registro da marca RRAA junto ao INPI, bem como a possibilidade do registro da expressão "RRAA".

V - A prova da complexidade da causa é a dificuldade de se encontrar um perito idôneo para atuar no caso, bem como a ausência de indicação de um profissional por parte dos litigantes após seis longos anos de diligências. Além da aludida complexidade, o trabalho a ser desenvolvido pelo perito também demanda muita responsabilidade, por envolver duas grandes empresas e, conseqüentemente, bastante dinheiro em operações comerciais.

VI - As partes são dois poderosos Grupos industriais com larga atuação no mercado nacional e internacional. Portanto, plenamente detentores de condições de arcar com os honorários periciais indicados pelo *expert*. Some-se a isso o fato do perito escolhido pelo magistrado *a quo* ser profissional de sua estrita confiança, por já ter lhe servido em outros processos, sempre com a melhor reputação, de acordo com as informações colacionadas aos autos pelo referido magistrado.

VII - Antes da realização do laudo, os honorários periciais são sempre provisórios, considerados mero adiantamento, nos termos do art. 33, parágrafo único, do CPC. Só serão definitivos após a apresentação do laudo pericial, quando haverá a efetiva demonstração do trabalho desenvolvido pelo perito.

VIII - Recurso não provido por unanimidade.

ACÓRDÃO: Visto, relatado e discutido este recurso de agravo n. **283.498-0**, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 27.11.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

742
10

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 283.498-0

Agravante: Intercement Brasil S/A

Agravada: Cimento Rio Branco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de agravo legal interposto pela Intercement Brasil S/A contra decisão terminativa proferida em sede de agravo de instrumento anteriormente interposto pela ora agravante.

O cerne da controvérsia reside no valor dos honorários periciais indicados pelo perito do Juízo, os quais, segundo a Intercement são excessivos.

Adoto o relatório da decisão agravada e acrescento:

Decisão agravada (fls. 715/718): proferi decisão terminativa, com base no art. 557, *caput*, do CPC, para negar seguimento à apelação cível e manter a decisão *a quo*, no sentido de manter a nomeação do perito indicado à fl. 588 e de determinar às partes o depósito dos honorários periciais indicados pelo referido profissional, sob as penas do art. 267, III, do CPC.

Recurso de Agravo (fls. 721/735): Sem preliminares. No mérito, a Intercement renova, em síntese, o mesmo argumento por ela já lançado quando da interposição do agravo de instrumento, qual seja: a necessidade de redução do valor dos honorários periciais. Para tanto, afirma ser a aludida verba exorbitante em relação à complexidade da causa. Com esses argumentos, requer o provimento do presente agravo.

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento colegiado.

É o relatório. Feito fora de pauta.

Recife,

27.5.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

743
no

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 283.498-0

Agravante: Intercement Brasil S/A

Agravada: Cimento Rio Branco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Por meio do presente recurso, a Intercement pugna pela reforma da decisão monocrática prolatada por esta relatoria, a qual concordou com a decisão do juiz *a quo* no sentido manter a nomeação do perito indicado à fl. 588 e determinar às partes o depósito dos honorários periciais indicados pelo referido profissional.

Segundo a Intercement, o valor solicitado pelo perito do Juízo é exorbitante. Para tanto, alega não serem necessários diversos serviços elencados na proposta realizada pelo referido profissional.

A bem da verdade, a referida matéria já foi exaustivamente apreciada pela decisão recorrida, razão pela qual reproduzo os termos nela lançados:

Por meio do presente recurso, a Intercement Brasil S/A pretende, liminarmente, a suspensão da decisão que acatou a proposta de honorários periciais no valor de R\$ 59.960,80. Para tanto, aduz a exorbitância da aludida quantia em relação à complexidade da causa, bem como em relação aos honorários anteriormente estabelecidos pelo magistrado de base.

Discorda, também, do procedimento técnico indicado como necessário pelo perito para justificar o orçamento.

De início destaco já ter apreciado o agravo de instrumento interposto pela Cimento Rio Branco, ora agravada, o qual envolve exatamente a mesma matéria ora debatida.

Por essas razões, convém reproduzir os termos da aludida decisão monocrática de minha relatoria (fls. 652/659 - vol. 8), a qual inclusive já se encontra transitada em julgado (fl. 682 - vol. 8), já que os feitos envolvem questões conexas:

" (...) Nesse contexto, convém realizar breve resumo fático da procura de um perito para auxiliar o juízo:

Em 10/11/2006 foi oficiado o INPI para informar o andamento do pedido de registro da marca RRAA, bem como para sugerir nomes de peritos nesse assunto em Pernambuco (fl. 405).

Em resposta, o INPI informou que o aludido pedido de registro encontrava-se aguardando exame. Informou ainda que o Juízo poderia obter indicação de eventuais nomes de peritos junto à Justiça Federal ou à Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial - ABAPI (fl. 415).

Em 20/07/2007, o juízo determinou fosse oficiado a referida associação, a qual apresentou listagem de seus peritos no Brasil aptos em matérias de patentes (fl. 425).

Em 24 de agosto de 2007, o magistrado de base proferiu despacho afirmando desconhecer perito em Pernambuco nessa área química e de cimento para nomear. Com base nessa

constatação, informou que a lista apresentada pela ABAPI estaria à disposição das partes para, em comum acordo, indicarem um nome (fl. 427).

Diante do pedido de dilação do prazo para realizar a indicação feito pela INTERCEMENT BRASIL S/A (fl. 435), o Juízo aproveitou para determinar fosse oficiado o Departamento de Engenharia da UFPE a fim de indicar um professor para assumir o encargo de perito nos autos (fl. 436).

Em 24/08/2007 a Cimento Rio Branco indicou perito do Estado do Ceará, Srº Wagner Alencar Domingos, por ser o único perito do Nordeste cadastrado na ABAPI (fl. 438).

Em 28/11/2007 a UFPE apresentou sua resposta informando que não teria condições de atender à solicitação realizada, em razão do professor mais indicado estar afastado dos quadros por estar cumprindo programa de Doutorado na Universidade de São Paulo (fl. 454).

Em 02/01/2008, o juiz a quo determinou fossem oficiados os Departamentos de Engenharia da UNICAP e a UPE para indicarem nomes de peritos, engenheiros civis ou químicos, especializados em cimento, capazes de esclarecer controvérsias técnicas acerca da expressão RRAA e RRAA- Resistência à Reação Alcaliagregado. Na oportunidade, determinou a manifestação da parte contrária em relação ao nome do perito indicado pela Cimento Rio Branco (fl. 456).

Em 25/02/2008, a Cia Industrial e Mercantil de Cimentos - CIMEC, apresentou discordância quanto à indicação feita pela Cimento Rio Branco, por se tratar de profissional de outro Estado e por não ter qualquer experiência no ramo de engenharia especializada em química e cimento. Por fim, entendeu ser mais coerente dar continuidade ao despacho de fl. 456, no sentido de se oficiar a UNICAP e a UPE (fl. 461).

Devidamente oficiada, a UNICAP indicou dois engenheiros civis: Tibério Wnderley Correia de Oliveira Andrade e José do Patrocínio Figueiroa (fl. 471).

Em seguida, o juiz determinou que as partes chegassem a um consenso quanto a um dos nomes indicados pela UNICAP e tentassem obter o currículo deles. Na oportunidade, o magistrado, também determinou diligências às partes na busca da resposta do ofício dirigido à UPE e por fim destacou "Ressalto que este feito é de interesse patrimonial privado, de iniciativa particular, devendo as partes tentar juntas uma solução".

Ambas as partes requereram dilação do prazo para cumprirem as mencionadas determinações (fls. 475 e 476).

Em 10 de abril de 2008 o juiz deferiu os pedidos de dilação e determinou fosse aguarda a iniciativa das partes, bem como o arquivamento dos autos (fl. 475).

Na sequência, as partes peticionaram para informar suas concordâncias quanto aos nomes indicados pela UNICAP (fls. 482 e 486).

Diante da manifestação favorável das partes, o juiz entendeu que ele próprio deveria escolher um dos profissionais. Por essa razão, determinou em 28/11/2008, fosse novamente oficiada a UNICAP para enviar os respectivos currículos e dados pessoais para contato. Frisou, por fim, o seguinte "Ressalto que desde às fls. 419, há oito meses, este Juízo havia lembrado as partes da necessidade de se obter o currículo dos profissionais" (fl. 489).

Em 02/12/2008, o juiz a quo enviou novo ofício à UNICAP para que fossem enviados os currículos e os dados pessoais dos professores por ela indicados (fl. 491).

Em razão da inércia da UNICAP, o juiz determinou, em 25/05/2009, que as próprias partes agilizassem o cumprimento do despacho de fl. 491 (fl. 508).

Somente em 07/07/2011 e após o processo ter sido remetido ao arquivo provisório e dele retornado, a Cimento Rio Branco apresentou petição para anexar o currículo do professor Tibério Wanderley Correia de Oliveira Andrade (fls. 524/529).

Dando prosseguimento ao feito, o juiz de base nomeou como perito o Dr. Tibério Andrade e arbitrou honorários periciais em quatro salários mínimos. Por fim, determinou a intimação do perito para informar se aceitaria a nomeação, bem como a intimação das partes para apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos (fl. 531).

Ambas as partes apresentaram quesitos e assistentes técnicos e depositaram os honorários periciais determinados pelo juiz de piso (fls. 533/553).

744
20

Nada obstante, o perito nomeado não foi encontrado, mesmo após a realização de diversas diligências, inclusive de novo pedido de colaboração das partes (fls. 570/571 e fl. 574/578 e fls. 581/587).

Em razão da falta de sucesso na localização dos peritos indicados pela UNICAP e da inércia das partes, o juiz de piso nomeou como perito, em 09/04/2012, Dr. Leonardo Selva, o qual aceitou a nomeação e indicou o valor de R\$ 59.960,80, a título de honorários advocatícios.

Irresignadas, as partes manifestaram discordância em relação ao aludido valor. O magistrado de base, todavia, manteve a nomeação e determinou às partes o depósito dos honorários periciais indicados pelo referido profissional (fl. 16).

Inconformada, a Cimento Rio Branco interpôs o presente agravo de instrumento.

Diante da análise superficial exigida no momento da concessão da liminar, considerei ser questão de prudência a suspensão da decisão agravada.

Contudo, após analisar detalhadamente os autos, concluo deva ser mantida a referida decisão agravada. Explico.

Conforme já relatado, desde 2006 o processo estava em condições de julgamento se não fosse a necessidade de produção de prova pericial.

Portanto, a busca por um perito capaz de atuar no presente feito já vem se estendendo ao longo de seis anos. Durante esse tempo, foram realizadas inúmeras diligências, ofícios, pesquisas, bem como advertências para que as partes impulsionassem o feito.

Como visto, foram oficiados o Instituto Nacional de Propriedade intelectual - INPI (fls. 414/415), a Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial - ABAPI (fls. 417 e 425) e os Departamentos de Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (fl. 436) e da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

Entretanto, todas as buscas restaram infrutíferas, seja pela indisponibilidade de profissionais nas instituições oficiadas, seja pela inércia das partes em indicar, de comum acordo, um perito para atuar no feito, ou pela ausência de localização dos nomes indicados.

Enfim, restou demonstrado o enorme esforço despendido pelo juízo para identificar um expert capaz de auxiliá-lo no presente caso.

Restou também demonstrada a estranha ausência de colaboração das partes litigantes para com o juízo a quo, as quais deveriam ser as mais interessadas no término da demanda.

Com efeito, as partes não diligenciaram para obter a resposta do ofício enviado à UPE, não indicaram, de comum acordo, sequer um nome de perito, não ajudaram na busca pelo currículo e dados pessoais do segundo perito indicado pela UNICAP, além de não indicarem outras instituições a serem oficiadas.

Por outro lado, como bem ressaltado pelo juiz a quo, a perícia a ser realizada no caso em tela abarca matéria complexa a ensejar a análise da dimensão da expressão química "Resistência à reação álcali-agregado", os trâmites do registro da marca RRAA junto ao INPI, bem como a possibilidade do registro da expressão "RRAA", a teor do disposto no despacho saneador (fl. 398).

Conforme bem concluído pelo magistrado de base, a prova da complexidade da causa é a dificuldade de se encontrar um perito idôneo para atuar no caso, bem como a ausência de indicação de um profissional por parte dos litigantes após seis longos anos de diligências.

Além da aludida complexidade, o trabalho a ser desenvolvido pelo perito também demanda muita responsabilidade, por envolver duas grandes empresas e, conseqüentemente, bastante dinheiro em operações comerciais.

Apenas para reforçar o enorme poderio econômico das partes litigantes, ressalto o capital social da Camargo Corrêa Cimentos S.A, incorporadora da atual Intercement Brasil S/A, o qual, de acordo com o Estatuto Social juntado aos autos é de R\$ 2.102.526.441,17 (fl. 500).

Ressalto ainda as informações prestadas pela Cimento Rio Branco S.A na notificação extrajudicial dirigida à Intercement Brasil S/A, à época denominada Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos (fl. 77):

"Cabe destacar que a Notificante faz parte do complexo industrial conhecido como **GRUPO VOTORANTIM**, que atua nos mais variados segmentos econômicos no Brasil e no exterior.

O **GRUPO VOTORANTIM** teve início em **1918**, com a constituição da empresa S/A **INDÚSTRIAS VOTORANTIM**, constituindo-se, ao longo dos anos, **NO MAIOR CONGLOMERADO INDUSTRIAL** do Brasil.

Graças a excelente qualidade de seus produtos, o **GRUPO VOTORANTIM** tornou-se **INTERNACIONALMENTE** conhecido, sendo que a simples menção do nome **VOTORANTIM** imediatamente associa o referido produto ao **CONGLOMERADO INDUSTRIAL da Notificante**" (grifos originais)

Ainda na aludida notificação, segue informado ter o Grupo Votorantim expandido suas atividades, durante seus oitenta anos de existência, atuando em diversas áreas: Votorantim Industrial, Votorantim Cimentos, Votorantim Celulose e Papel, Votorantim Metais, Votocel Filmes Flexíveis, Votorantim Internacional, Votorantim Finanças, Votorantim Ventures, Votorantim Negócios e Votorantim Energia.

Como se observa, tratam-se de dois poderosos Grupos industriais com larga atuação no mercado nacional e internacional. Portanto, plenamente detentores de condições de arcar com os honorários periciais indicados pelo engenheiro Leonardo Selva.

Some-se a isso o fato do perito escolhido pelo juiz ser profissional de sua estrita confiança, por já ter lhe servido em outros processos, sempre com a melhor reputação, de acordo com as informações colacionadas aos autos pelo referido magistrado.

Por último, cumpre ressaltar que, antes da realização do laudo, os honorários periciais são sempre provisórios, considerados mero adiantamento, nos termos do art. 33, parágrafo único, do CPC¹. Só serão definitivos após a apresentação do laudo pericial, quando haverá a efetiva demonstração do trabalho desenvolvido pelo perito.

Nesse sentido já decidiu o TJSP:

PERITO Honorários provisórios - Fixação Pretensão de que o valor estimado a título de honorários periciais provisórios (R\$ 2.500,00) seja reduzido Cabimento parcial Hipótese em que se mostra conveniente uma redução dos honorários provisoriamente fixados, de modo a atender ao princípio da proporcionalidade Fixação dos honorários em R\$ 1.500,00, valor que poderá vir a ser complementado quando da fixação dos honorários definitivos pelo juiz de primeiro grau de jurisdição RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP - AI nº 1209112720128260000 SP 0120911-27.2012.8.26.0000, Relator: Ana de Lourdes Coutinho Silva, Data de Julgamento: 25/07/2012, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/08/2012) (GN)

E mais,

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE CONHECIMENTO - RITO ORDINÁRIO - HONORÁRIOS PERICIAIS PROVISÓRIOS - VALOR EXCESSIVO. A estimativa dos honorários periciais teve como fundamento a análise de cerca de seiscentas mil notas fiscais e de registros contábeis complexos. À míngua do detalhamento do procedimento técnico a ser utilizado pela perícia, bem assim de manifestação do perito quanto aos documentos apontados pela agravante em substituição às notas fiscais, não há como se concluir que o valor indicado corresponda ao custo da perícia a ser realizada. Deve ser observado que os honorários periciais provisórios não correspondem à antecipação da remuneração do trabalho pericial, mas sim, e tão-somente, destinam-se a arcar com os custos iniciais da perícia, fornecendo-lhe subsídios para que possa realizá-la. (5303 SP 2003.03.00.005303-9, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA, Data de Julgamento: 03/12/2009, SEXTA TURMA) (GN)

E ainda,

¹ Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária

745
70

AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação de cobrança Salários provisórios do perito judicial engenheiro Arbitramento agravado, no valor de RS 25.000,00 Ataque sob queixa de valor excessivo, não condizente com o trabalho a ser realizado ***Distinção entre salários provisórios e definitivos, estes a serem arbitrados quando da apresentação do laudo*** Recurso provido para o fim de minorar o arbitramento inicial (Agravado de instrumento n.º 835.730-5/3-0. Relator Des. FERMINO MAGNANI FILHO 5.ª Câmara de Direito Público desta Corte. Julgado em: 27.07.2009) (GN)

Dessa forma, após a entrega do laudo e observados determinados parâmetros como a complexidade da matéria, a qualidade do serviço prestado e o tempo empregado para a realização do serviço, o juiz pode verificar a necessidade de majoração ou minoração dos honorários cobrados pelo expert e fixá-los definitivamente na prolação da sentença.

Assim, a despeito de meu posicionamento anterior e após detida análise dos autos, curvou-me às coerentes informações prestadas pelo juiz a quo, para manter a decisão agravada e determinar o depósito dos honorários periciais indicados pelo perito do Juízo, sem prejuízo de eventual majoração ou redução após a apresentação do laudo definitivo, se assim entender o magistrado de piso.

Em face do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo de instrumento, mantendo a decisão agravada.

Publique-se.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

Como se observa, o voto agravado inicialmente esclareceu já ter sido a matéria apreciada pela Terceira Câmara desta Corte de Justiça, no julgamento do agravo de instrumento n. 280.339-4 (interposto pela Cimento Rio Branco, ora agravada), inclusive com trânsito em julgado.

Por essa razão, reproduziu os termos do referido julgamento.

Por fim, o julgado embargado realizou os seguintes destaques que ora merecem ser renovados:

- 1) **Desde 2006 o processo estava em condições de julgamento se não fosse a necessidade de produção de prova pericial.**
- 2) **A busca por um perito capaz de atuar no presente feito já vem se estendendo por mais de seis anos. Durante esse tempo, foram realizadas inúmeras diligências, ofícios, pesquisas, bem como advertências para que as partes impulsionassem o feito.**
- 3) **Restou demonstrado o enorme esforço despendido pelo magistrado de base na tentativa de localização de um perito para atuar no feito, bem como a ausência de ajuda das partes litigantes para o alcance de tal objetivo.**
- 4) **Foi destacada a complexidade da matéria ensejadora da perícia, a qual restou comprovada pela própria dificuldade na localização de um perito adequado.**
- 5) **Foi ainda destacado o enorme poderio econômico dos dois grandes grupos industriais litigantes e, por consequência, a capacidade de ambos para arcar com os honorários periciais indicados pelo perito do Juízo.**

6) Por último **foi esclarecido o caráter provisório dos honorários periciais antes da entrega definitiva do laudo**, naturalmente porque a complexidade e qualidade do trabalho são corretamente aferidas após o referido momento.

Ainda em suas alegações recursais, a Intercement defende não haver capacidade técnica do perito indicado pelo juiz por se tratar de Engenheiro Civil.

Ora, todas as diligências empregadas na busca por um perito dirigiram-se a um engenheiro civil ou químico, como demonstram, a título exemplificativo, os documentos de fls. 442, 454 e 471.

A propósito, a Cimento Rio Branco, na petição de fl. 461 requereu a expedição de ofício aos departamentos de Engenharia Civil da Universidade de Pernambuco – UPE e da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Ademais, a própria Intercement concordou com a nomeação, para realização da perícia, de algum dos engenheiros civis indicados pela Unicap (fl. 486).

Sendo assim, depois de diversas buscas terem sido dirigidas a engenheiros civis não cabe à Intercement, neste momento processual, questionar a capacidade técnica dos profissionais dessa área da engenharia.

A Intercement defende ainda nova expedição de ofício ao departamento de Engenharia da UFPE, para localizar profissional (anteriormente indicado pela instituição – fl. 454) que teria regressado, desde dezembro de 2007 de um doutorado em São Paulo.

Na verdade, o referido pleito apenas reforça a inércia das partes litigantes em relação à busca por um *expert* capaz de atuar no presente feito. Afinal, há mais de seis anos teria condições de envidar esforços para localizar o referido profissional, mas desse ônus não se desincumbiu, sendo portanto descabida nova transferência de tal iniciativa ao Poder Judiciário.

Assim, percebe-se pretender a Intercement apenas rediscutir matéria já apreciada de maneira exaustiva pela decisão monocrática, não trazendo argumentos novos capazes de modificar o julgado.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, para manter a decisão monocrática na íntegra.

É como voto.

Recife, 21.11.11


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator